



# Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 31 de janeiro de 2023

## Mercado interno da eletricidade avança a passo de caracol, alerta o Tribunal de Contas Europeu

- *Projeto de integração dos mercados nacionais de eletricidade começou já em 1996*
- *Complexidade das regras da UE e falhas na governação atrasaram a integração total*
- *Benefícios económicos trazidos por uma maior convergência dos preços continuam por explorar*

As medidas da União Europeia (UE) para atingir o objetivo de ligar os mercados da eletricidade e oferecer energia mais barata aos cidadãos e às empresas avançam devagar, apesar das previsões ambiciosas e de alguns esforços, avisa o Tribunal de Contas Europeu (TCE) no relatório publicado hoje. Os atrasos na ligação dos mercados nacionais de energia acumulam-se devido a falhas na governação da UE e ao complexo sistema de instrumentos legais para o comércio entre países, o que retardou a aplicação das regras de mercado. A supervisão do mercado pela Comissão Europeia e pela ACER, a agência da energia da UE, também não trouxe melhorias suficientes. As medidas que tomaram não conseguiram limitar os abusos e manipulações, passando o principal risco do mercado de eletricidade para os consumidores finais.

Em 1996, a UE deu luz verde ao complexo projeto de integrar plenamente os mercados nacionais de energia. Pretendia-se oferecer aos consumidores os preços mais baixos possíveis de eletricidade e tornar mais seguro o abastecimento de energia na UE. O projeto devia estar concluído em 2014, mas quase dez anos depois o mercado continua a ser governado por 27 quadros regulamentares nacionais. Os preços grossistas variam muito consoante os Estados-Membros, como a atual crise energética demonstrou. Também os preços retalhistas continuam fortemente influenciados pelos impostos nacionais e as tarifas de rede, em vez de serem ditados pela concorrência.

"Apesar da louvável e necessária ambição da UE, os mercados de eletricidade na Europa podiam estar muito mais integrados", afirma Mihails Kozlovs, Membro do TCE responsável pela auditoria. "A atual crise energética e do custo de vida que afeta os cidadãos da União tornou ainda mais urgente a necessidade de a UE concluir o mercado interno da eletricidade", acrescenta.

A ligação dos mercados nacionais de eletricidade avançou devagar entre 2015 e 2021 e não foi igual em todas as regiões da UE e segmentos de mercado, apesar de ter havido algumas realizações importantes. Os Estados-Membros não aplicaram totalmente nenhuma das orientações da UE, que eram obrigatórias, e não houve grandes progressos no aumento da capacidade de transmissão entre países. O TCE atribui os atrasos à opção da Comissão de aplicar as orientações de rede através de termos e condições ou metodologias, passando a responsabilidade pela aprovação a ser das entidades reguladoras nacionais (ERN) e da ACER. Esta escolha

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do documento está disponível em [www.eca.europa.eu](http://www.eca.europa.eu).

## ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu) @EUAuditors [eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)

complicou e atrasou a harmonização das regras aplicáveis ao comércio transfronteiriço. O TCE salienta que, na sua avaliação de impacto, a Comissão não analisou suficientemente as consequências das suas decisões relativas à conceção do mercado e à governação. A responsabilidade por verificar se os Estados-Membros garantiam a aplicação das regras recaiu sobretudo na ACER. O TCE constata, porém, que o acompanhamento e a comunicação de informações por parte desta agência foram insuficientes, em especial por falta de dados, recursos e coordenação com a Comissão.

A supervisão do mercado para detetar e evitar manipulações e abusos de mercado também foi incompleta. A recolha de dados pela ACER não foi exaustiva e a avaliação dos dados recolhidos abrangeu apenas um pequeno leque de comportamentos abusivos, conclui o TCE. A ACER também atribuiu poucos recursos à análise de dados e não conseguiu apoiar as investigações sobre o número crescente de suspeitas de abuso de mercado no plano transfronteiriço. O TCE alerta para a possibilidade de os produtores, fornecedores ou intermediários de eletricidade explorarem as lacunas ou, pior ainda, de os Estados-Membros competirem para oferecerem o ambiente mais tolerante em termos de sanções e outras medidas legais. Ao mesmo tempo, a ACER não tem poder para assegurar que os Estados-Membros garantem o cumprimento das regras de forma idêntica.

### **Informações de contexto**

A UE partilha a responsabilidade pela política energética com os Estados-Membros. O comércio transfronteiriço de eletricidade deve permitir que as empresas e os cidadãos de toda a União tenham acesso à energia mais barata disponível. O TCE avaliou se a estratégia regulamentar da Comissão e a supervisão do mercado pela ACER contribuíram para o objetivo da UE de criar um mercado interno da eletricidade em bom funcionamento. Centrou-se no período compreendido entre 2015 e o final de 2021 e examinou sobretudo os mercados grossistas da eletricidade.

O Relatório Especial 03/2023, *Integração do mercado interno da eletricidade – Arquitetura jurídica complexa, atrasos, insuficiências na governação e supervisão incompleta do mercado prejudicam a plena concretização do objetivo ambicioso*, está disponível no sítio Web do TCE ([eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)).

### **Contactos para a imprensa**

Serviço de imprensa do TCE: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu)

- Damijan Fišer: [damijan.fiser@eca.europa.eu](mailto:damijan.fiser@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 621 552 224
- Claudia Spiti: [claudia.spiti@eca.europa.eu](mailto:claudia.spiti@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 691 553 547
- Vincent Bourgeais: [vincent.bourgeais@eca.europa.eu](mailto:vincent.bourgeais@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 691 551 502